

Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeira
Divisão de Gestão Contábil



CIDASC

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2015



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação dos Senhores Conselheiros, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos e a Sociedade em Geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC**, referentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2015, acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes.

1. INTRODUÇÃO

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, fundada em 27 de novembro de 1979, é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.

Tem como Missão “executar ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina” e Visão “ser reconhecida como referência e excelência em sanidade agropecuária”.

O atendimento à população é realizado de forma descentralizada através de sua estrutura organizacional, que consiste em: Administração Central de Florianópolis, Terminal Granelero de São Francisco do Sul, Unidades Administrativas Regionais e Escritórios Municipais em todo o Estado.

As atividades desenvolvidas pela CIDASC seguiram os seus objetivos principais consignados no Estatuto da Companhia (Decreto nº 87/2015), sob delegação, coordenação e orientação da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca como segue:

- Executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, por meio do registro de estabelecimentos e de seus produtos além da fiscalização do ato de inspeção executados por profissionais de medicina veterinária;
- Promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;
- Promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;
- Prestar serviços laboratoriais para análise de produtos de origem animal e outras análises laboratoriais relacionadas com a produção animal e comercialização de animais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;
- Estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução; e
- Desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Granelero de São Francisco do Sul.



2. ATIVIDADES OPERACIONAIS

A CIDASC é responsável pela Defesa Sanitária Animal e Vegetal em Santa Catarina, o qual possui um *status* sanitário diferenciado, que abriu mercados e trouxe reconhecimento para os produtos do agronegócio catarinense, possibilitando a expansão aos mercados consumidores mais exigentes do mundo.

O trabalho dos técnicos da CIDASC, em parceria com os produtores catarinenses e o setor agroindustrial, deu ao estado dois certificados internacionais, concedidos pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Santa Catarina é reconhecida como área livre de febre aftosa sem vacinação, conquistado e mantido desde 2007, como também é zona livre de Peste Suína Clássica (PSC), certificado obtido neste ano de 2015.

Para manter esses status e garantir a Defesa Sanitária Animal e Vegetal do estado, a Companhia conta com 63 barreiras sanitárias nas fronteiras com o Paraná, Rio Grande do Sul e Argentina que controlam a entrada de produtos agropecuários. Hoje Santa Catarina possui seis corredores sanitários por onde é permitida a passagem de animais e produtos de origem animal com a devida documentação e uso de lacres aplicados pela CIDASC nas fronteiras. As atividades desempenhadas por cada ação no ano de 2015 seguem descritas abaixo.

Defesa Sanitária Animal

As ações no estado foram realizadas com o intuito de oferecer suporte necessário aos meios de produção, comercialização, armazenagem e consumo no mercado interno e externo. Em 2015, a Secretaria da Agricultura e Pesca e a CIDASC anunciaram alterações na Guia de Trânsito Animal Eletrônica (e-GTA) que, a partir de agora, terá a opção de Reserva de Domínio. A novidade traz mais segurança para os produtores que comercializam animais em feiras agropecuárias no estado. Com a Reserva de Domínio, os compradores de animais financiados terão conhecimento sobre qualquer pendência financeira existente.

Defesa Sanitária Vegetal

Constitui-se num trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção e do comércio de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal veiculadores de pragas. Neste setor, a Companhia regularizou o comércio de mudas de pomáceas, além de preservar os *status* de área livre de *Cydia pomonella* e do *Moko* da bananeira e de território de não ocorrência da praga quarentenária *Candidatus Liberibacter spp.*



Classificação de Produtos de Origem Vegetal

Com a finalidade de atender a legislação e conseqüentemente o mercado consumidor, os serviços de classificação facilitam a comercialização, possibilitando a importação e exportação dos produtos dentro dos padrões oficiais de classificação. Esta ação contribui na capacitação de produtores rurais e usuários em classificação vegetal, além de desenvolver trabalhos ligados a extensão agroindustrial, auxiliando tecnicamente as indústrias e produtores rurais. Em 2015, efetivou o Selo de Conformidade CIDASC – SCC e prestou serviço para 518 estabelecimentos, emitindo mais de 52 mil certificados, que somam um total aproximado de 873 mil toneladas de produtos classificados em todo o Estado.

Inspeção de Produtos de Origem Animal

A CIDASC desempenha este serviço com a finalidade de permitir a comercialização destes produtos e garantir a qualidade dos produtos que chegam à nossa mesa. O Serviço de Inspeção passou a ser habilitado para analisar as agroindústrias participantes do Sistema de Inspeção Estadual (SIE) e reconhecer a equivalência da inspeção nacional (SISBI) destas empresas. Isto possibilita às agroindústrias catarinenses comercializarem seus produtos em todo território nacional. Neste ano foi analisada a conformidade de 4.620 amostras de produtos de origem animal. Ao longo deste ano, as ações de inspeção viabilizaram a regularização e adequação das peixarias e entrepostos de pescados à legislação vigente no Mercado Público de Florianópolis e em estabelecimentos que industrializam ostras. Houve mudanças na rotulagem, que passou a ser responsabilidade dos estabelecimentos a fim de agilizar a comercialização dos produtos. Além disso, intensificou-se as análises microbiológicas e físico-químicas do leite para ter mais controle da qualidade.

Fiscalização de Insumos Agrícolas

A segurança na qualidade das sementes, adubos e agrotóxicos é a garantia de ganhos de produtividade no setor primário, trazendo maior retorno financeiro para os agricultores, o que condiciona a agricultura de nosso estado e país a ser o destaque positivo no crescimento econômico e na balança comercial.

Armazenagem

A empresa presta serviços de armazenagem e movimentação de grãos sólidos no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, utilizando-se da estrutura de dois armazéns com capacidade aproximada de 100 mil toneladas, bem como o controle do corredor de exportação que permite o embarque de produtos das empresas parceiras circunvizinhas ao terminal com capacidade de embarque de 3.600 toneladas/hora. No ano de 2015, foi exportado pelo corredor de exportação, aproximadamente, 7 milhões de toneladas de grãos, o que corresponde a 11% das exportações brasileiras.



A CIDASC solicitou em Caráter Permanente o Alfriendamento (Autorização, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), para movimentação, armazenagem, e submissão a despacho aduaneiro de mercadorias procedente do exterior, ou a ele destinados, inclusive sob regime aduaneiro especial) dos armazéns do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, que movimenta e armazena grãos sólidos de origem vegetal e seus derivados, sendo estes: Soja, milho e farelo de soja.

Com isso, a CIDASC está se adequando para ficar entre os terminais graneleiros do país que podem praticar exportação e importação de produtos grãos sólidos.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Companhia é regida, fiscalizada e administrada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria.

O Conselho de Administração é composto por cinco membros, sendo quatro escolhidos pelo Secretário de Estado da Agricultura e Pesca e um eleito dentre os empregados efetivos da CIDASC.

O Conselho Fiscal é formado por três membros efetivos e seus suplentes e terá as atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações.

A Diretoria é eleita pelo Conselho de Administração, sendo constituída por: Presidente, Diretor Administrativo, Diretor Técnico, Diretor de Comercialização e Negócios, Diretor de Planejamento e Finanças e Diretor Institucional.

4. INVESTIMENTOS

Houve investimentos na manutenção do Terminal Graneleiro, haja visto o tempo em operação da estrutura, já que a maioria dos equipamentos está depreciada e desatualizada. Os maiores investimentos foram em: correias transportadoras, tombadores e elevadores de canecos. O investimento em correias transportadoras foi o mais significativo, de aproximadamente R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para manter a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes, gerando divisas para o país.

Foram investidos aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em equipamentos de tecnologia e informação, possibilitando uma comunicação mais eficiente, além de maior rapidez às demandas da empresa.

Foi continuada a execução de convênios com o MAPA objetivando a melhoria de processos de Defesa Sanitária Animal e Vegetal e do controle de doenças e pragas de potencial difusão e risco econômico. Destaca-se a execução do Convênio MAPA nº 794620/2013 com o objetivo de apoiar a reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) no estado de Santa Catarina com um investimento total de R\$ 4.394.610,00 (quatro milhões e trezentos e noventa e quatro mil e seiscentos e dez reais).



5. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A CIDASC busca melhorar a qualidade de vida da população catarinense, promovendo a saúde pública, o desenvolvimento integrado e sustentável dos setores agropecuário e pesqueiro, mediante ações voltadas à qualificação da produção, segurança alimentar e apoio à produção.

A empresa propicia ao estado de Santa Catarina a manutenção do Certificado de Área Livre de Febre Aftosa, Sem Vacinação, concedido em Paris (FR), em 25 de maio de 2007, pela Organização Internacional da Saúde Animal – OIE. Além disso, monitora outras doenças animais nocivas ao ser humano, tais como: brucelose, tuberculose, peste suína clássica, raiva, salmonela, influenza aviária, entre outras.

A empresa incentiva a produção de orgânicos, através do monitoramento de áreas produtivas, por meio do controle da comercialização de agrotóxicos e dos resíduos destes nos alimentos. Além disso, faz o monitoramento de outras pragas que afetam a qualidade dos produtos de origem vegetal que são consumidos pelo ser humano, tais como: maçãs, bananas, laranjas, verduras, legumes, entre outros.

O cunho social da classificação dos produtos de origem vegetal está na padronização às normas oficiais, na diferenciação de preços em função da qualidade e na segurança alimentar. Com a implantação do Selo de Conformidade da CIDASC (SCC) os consumidores são beneficiados com maior segurança sobre os alimentos adquiridos da agricultura familiar e minimamente processados, pois o Selo indica que o processo produtivo daquele alimento respeitou toda a legislação cabível e passou por controle de qualidade rigoroso.

A CIDASC realiza o Projeto Sanitarista Junior nas escolas de Santa Catarina. Este projeto tem por objetivo geral proporcionar que alunos e professores, produtores rurais, comerciantes de produtos de origem vegetal e animal, responsáveis técnicos e a comunidade em geral se tornem agentes multiplicadores da Educação Sanitária Agropecuária, por meio de processos, atitudes de sensibilização, comprometimento e consciência sanitária.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

A CIDASC passa atualmente por uma reestruturação, física e institucional, na qual o foco das atividades está cada vez mais voltado para a defesa agropecuária vegetal e animal. Em outros momentos, durante os 36 anos de empresa, a CIDASC realizou atividades de importância social e de interesses diversos do governo. No decorrer dos anos, percebeu-se que o objetivo latente da empresa é a defesa agropecuária, deixando a cargo de outras instituições as demais atribuições do governo que eram executadas pela CIDASC. Além disso, com o crescimento da agropecuária brasileira, a importância de defender o setor de ameaças sanitárias e de preservar a segurança do alimento tornaram-se prioridades do país. Dessa forma, atualmente, a CIDASC especializou-se na área de defesa sendo cada vez mais eficiente na tarefa de buscar manter-se como referência e excelência em Sanidade Agropecuária, como preconiza a Visão da empresa.

O agronegócio é de fundamental importância para o Brasil e para Santa Catarina. O crescimento do setor e a abertura de novos mercados consumidores externos evoluem de forma contínua, revelando a importância crescente da proteção à atividade.



O que se percebe é que as atividades agropecuárias do estado crescem bem acima da média do crescimento geral do país, revelando que o setor é e continuará sendo um propulsor da economia do estado, gerando cada vez mais emprego e renda, atraindo investimento na agroindústria e colaborando para a manutenção do estado entre os principais exportadores de produtos do *agrobusiness* do país. Esta evolução do setor é, em grande parte, advinda do *status* sanitário diferenciado que Santa Catarina possui, dado que as exigências sanitárias e fitossanitárias dos países importadores estão cada vez mais rígidas. A abertura de novos mercados consumidores de produtos de origem animal e vegetal catarinenses é uma realidade que tende a se perdurar e só é possível pela confiança na sanidade animal e vegetal do estado. Neste sentido, a defesa agropecuária realizada pela CIDASC configura-se como uma proteção ao desenvolvimento e ao crescimento do setor, viabilizando o comércio com os mais exigentes mercados consumidores e suprindo as exigências sanitárias internacionalmente requisitadas. A manutenção deste status sanitário diferenciado de SC só será possível com muito esforço e dedicação dos profissionais da CIDASC e investimento por parte do governo. Temos a certeza de que o futuro nos reserva muito trabalho duro, mas também muitas e grandiosas realizações, tornando a CIDASC um exemplo a ser seguido pelos demais estados brasileiros.

Florianópolis, 31 de dezembro de 2015.

Enori Barbieri

Presidente



BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2015
(em reais)

ATIVO	Notas	2015	2014
Circulante			
Disponibilidades	06	6.058.529	7.474.654
Clientes	07a	6.265.650	850.509
Adiantamento de salários	07b	278.588	258.421
Tributos a recuperar	07c	705.063	728.312
Programa de demissão incentivada	07d	31.896.645	28.299.099
Plano de demissão voluntária incentivada	07e	3.144.100	2.163.130
Outros créditos a receber	07f	57.332	135.548
Despesas pagas antecipadamente	07g	287.074	479.318
Estoques	08	2.368.890	2.150.631
Estoques de mercadorias de terceiros	08	24.707.166	11.949.440
Total do Ativo Circulante		75.769.038	54.489.062
Não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Depósitos recursais e valores vinculados	09	3.247.953	3.280.110
Bloqueio judicial	09	4.994.570	3.893.389
Deposito judicial de terceiro	09	43.444	43.444
Programa de demissão incentivada	09	229.731.685	223.156.991
Plano de demissão voluntária incentivada	09	1.604.267	3.516.373
Investimento	10	30.996	30.996
Imobilizado	11	28.779.346	29.427.321
Intangível	12	1.014.918	1.284.424
Total do Ativo Não Circulante		269.447.179	264.633.048
TOTAL DO ATIVO		345.216.217	319.122.111

PASSIVO	Notas	2015	2014
Circulante			
Fornecedores	13a	486.994	858.399
Obrigações tributárias e sociais	13b	3.880.512	628.544
Obrigações trabalhistas e provisões	13c	55.007.362	58.074.014
Credores por convênios	13d	9.571.712	11.609.888
Mercadorias de terceiros em nosso poder	13d	24.707.166	11.949.436
Credores c/ caução	13d	451.006	378.987
Adiantamento de clientes	13d	160.382	209.509
Outras obrigações	13d	201.692	265.874
Total do Passivo Circulante		94.466.826	83.974.651
Não Circulante			
Provisões	14a	239.919.899	242.613.062
Recursos de convênios a realizar	14b	3.470.973	3.698.710
Obrigações tributárias e sociais	14c	2.539.938	2.741.788
Receitas de subvenção a realizar	14d	247.096	227.849
Total do Passivo Não Circulante		246.177.906	249.281.409
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	16a	37.408.424	37.408.424
Reserva de capital	16b	25.134.178	25.134.178
Reserva de reavaliação	16b	5.195.627	5.195.627
Resultados acumulados	16c	(66.404.443)	(82.645.116)
Resultado líquido do exercício	16c	3.237.700	772.939
Total do Patrimônio Líquido		4.571.485	(14.133.949)
TOTAL DO PASSIVO		345.216.217	319.122.111

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Enori Barbieri
Presidente

Paola Colombi
Contadora CRC/SC 036436/O-0



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Exercício findo em 31/12/2015

(em reais)

	Notas	2015	2014
Receita Operacional Líquida	17	31.426.389	25.803.735
Custo das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados	18	(8.345.244)	(6.555.750)
LUCRO BRUTO		23.081.145	19.247.985
Despesas Operacionais		(175.716.144)	(166.050.298)
Despesas gerais e administrativas	19	(175.716.144)	(166.050.298)
Outras Receitas Operacionais		156.519.692	146.450.471
Outras receitas operacionais	20a	8.007.632	4.199.485
Repasses de subvenção	20b	148.512.061	142.250.986
Resultado Financeiro		271.861	300.387
Receitas financeiras	21a	335.847	353.707
Despesas financeiras	21b	(63.986)	(53.320)
RESULTADO OPERACIONAL		4.156.555	(51.455)
Outras Receitas e Despesas	22	209.865	865.641
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		4.366.420	814.186
Imposto de Renda e Contribuição Social	23	(1.128.721)	(41.247)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.237.700	772.939
Número de ações		37.416.480	37.416.480
Lucro/prejuízo por ação (em reais)		0,09	0,02

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

Enori Barbieri
Presidente

Paola Colombi
Contadora CRC/SC 036436/O-0



SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA DE SANTA CATARINA
CNPJ 83.807.586/0001-28

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2015
(em reais)

Eventos	Capital Social Realizado	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Resultados Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	37.408.424	25.134.178	5.195.627	(79.387.476)	(11.649.248)
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	(3.257.640)	(3.257.640)
Lucro Líquido do exercício	0	0	0	772.939	772.939
Saldo em 31 de dezembro de 2014	37.408.424	25.134.178	5.195.627	(81.872.177)	(14.133.949)
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	0	15.467.735	15.467.735
Lucro Líquido do exercício	0	0	0	3.237.700	3.237.700
Saldo em 31 de dezembro de 2015	37.408.424	25.134.178	5.195.627	(63.166.743)	4.571.485

Enori Barbieri
Presidente

Paola Colombi
Contadora CRC/SC 036436/O-0



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2015

(em reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	3.237.700	772.939
Lucro líquido ajustado	(22.641.162)	(4.389.554)
Ajuste por:		
Depreciação	7.173.427	8.420.133
Ajustes exercícios anteriores	18.705.434	(3.257.640)
Variação nas contas de ativo e passivo		
Aumento ou redução de clientes	(5.415.141)	2.279.054
Aumento de outros créditos	(4.497.217)	(4.931.706)
Aumento ou redução de estoques	(12.975.986)	2.895.640
Aumento ou redução de despesas do exercício seguinte	192.244	(29.540)
Aumento de realizável a longo prazo	(5.731.610)	(6.642.424)
Redução de obrigações a pagar circulante	10.492.175	3.656.540
Redução ou aumento de passivo não circulante	(3.103.504)	6.711.673
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.839.822	9.874.670
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Variação Imobilizado	(6.525.451)	(8.327.065)
Variação Intangível	269.505	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(6.255.946)	(8.327.065)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido pelas atividades de financiamento	0	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.416.124)	1.547.605
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(1.416.124)	1.547.605
Caixa e equivalente de caixa no início do período	7.474.654	5.927.048
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	6.058.529	7.474.654

Enori Barbieri
Presidente

Paola Colombi
Contadora CRC/SC 036436/O-0



NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A **Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)** é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, constituída conforme a Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, e alterações posteriores, e de acordo com a Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 534, de 20 de abril de 2011.

A companhia tem por objetivo executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal; promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal; promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal e de fiscalização, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal; prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária; estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios, bem como fiscalizar sua execução; e desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

NOTA 02 – BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2016.

NOTA 03 – MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações contábeis estão apresentadas com valores expressos em reais, que é a moeda funcional da empresa.

NOTA 04 – BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.



NOTA 05 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência, em cumprimento às Normas Brasileiras de Contabilidade. O ativo circulante e o ativo não circulante, quando aplicáveis, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. O passivo circulante e o passivo não circulante, quando aplicáveis, estão acrescidos dos encargos incorridos.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Contempla os créditos vencidos há mais de 180 dias, para os quais não existem garantias reais, renegociações e previsão para recebimento dos mesmos.

c) Estoques

Os Estoques estão demonstrados ao custo de aquisição, líquidos de impostos recuperáveis, e são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de terceiros em poder da companhia estão demonstrados ao custo de aquisição. A empresa não realizou o Teste de Recuperabilidade de seus Ativos.

d) Ativo Imobilizado

Estão demonstrados ao custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995 como estabelece a Lei nº 9.249/95, deduzidas conforme o caso, a depreciação ou amortização. A empresa não realizou o Teste de Recuperabilidade de seus Ativos.

e) Depreciação/Amortização

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil determinado pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 162 de 2008, exceto os bens imóveis que foram avaliados ao valor de mercado e foram depreciados conforme laudo de reavaliação de 31 de dezembro de 1999.

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado.

f) Obrigações Trabalhistas

Os encargos de férias, licença especial e 13º salário são reconhecidos por competência mensal, segundo o período aquisitivo.



NOTA 06 – DISPONIBILIDADES

Os saldos classificados como disponibilidades são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e se encontram centralizadas em instituição financeira autorizada pelo estado, conforme Decreto nº 2.762/04. As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Segue a composição das disponibilidades:

	Em Reais	
	2015	2014
Fundo Fixo e Depósitos Bancários à vista	10.822	76.097
Aplicações Financeiras (a)	2.179.535	4.836.328
Conta Única (c)	3.868.172	2.562.229
TOTAL	6.058.529	7.474.654

- (a) As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de curto prazo, administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM.
- (b) Conta que faz parte do Sistema Financeiro de Conta Única no âmbito do Poder Executivo Estadual de Santa Catarina que abrange todas as fontes de recursos da Administração Direta, das Autarquias, das Fundações, dos Fundos Especiais e das Empresas Estatais Dependentes, desde que seja destinada dotação à conta do Orçamento Geral do Estado às referidas entidades.

NOTA 07 – CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

a) Clientes

Os Créditos a Receber oriundos da conta clientes são, principalmente, de recursos a receber pela venda de mercadoria e prestação de serviços a clientes, deduzidos de eventuais perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A rubrica Débitos em Cobrança Jurídica abrange créditos a receber que estão sendo cobrados judicialmente.

	Em Reais	
	2015	2014
Duplicatas a Receber	7.035.145	1.527.137
Débitos em Cobrança Jurídica	86.764	176.899
Cheque Clientes em Cobrança	2.088	2.088
Outras Duplicatas a Receber	158.169	158.169
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.016.516)	(1.013.784)
TOTAL	6.265.650	850.509



b) Adiantamentos de salários

São valores adiantados aos empregados da empresa na folha de pagamento, tais como Adiantamento de 13º Salário e Adiantamento de Salários.

	Em Reais	
	2015	2014
Adiantamentos de 13º Salário	247.186	227.849
Adiantamentos de Salários	31.402	30.572
TOTAL	278.588	258.421

c) Tributos a recuperar

O saldo é composto por direitos da empresa junto à União, Estado e Municípios. Os créditos relativos a tributos a recuperar são oriundos de valores retidos na fonte, sobre os rendimentos auferidos de aplicações financeiras e sobre as notas fiscais emitidas, de acordo com a legislação vigente, e de valores pagos a maior a compensar. A empresa vem realizando estudo para recuperação destes tributos. Já foi deferido pedido de restituição de PIS e COFINS a recuperar e a compensar dos anos de 2010 e 2011, pela Receita Federal do Brasil, contudo ainda não foram restituídos. Esta conta reduziu o valor devido ao saldo remanescente do exercício anterior utilizado no ano de 2015.

	Em Reais	
	2015	2014
Impostos a Recuperar	705.063	728.312
TOTAL	705.063	728.312

d) Programa de Demissão Incentivada

O Programa de Demissão Incentivada, aprovado em 12/09/2008, busca a otimização dos recursos financeiros dispendidos com a folha de pagamento de pessoal, mediante redução e renovação de seu quadro funcional.

As rescisões contratuais, através do PDI, iniciaram em fevereiro de 2009 e a vigência do programa é de 13 (treze) anos, logo os valores estão segregados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante.

Até 31 de dezembro de 2015 foram demitidos pelo programa 445 empregados.

	Em Reais	
	2015	2014
Circulante	31.896.645	28.299.099
Não circulante	229.731.685	223.156.991
TOTAL	261.628.330	251.460.090



e) Plano de Demissão Voluntária Incentivada

O Plano de Demissão Voluntária Incentivada, aprovado pelo Decreto nº 1.341 de 22 de janeiro de 2013, tem como objetivo a reestruturação administrativa, através de demissões incentivadas.

O Plano tem vigência de até 3 (três) anos, logo os valores estão classificados no Ativo Circulante e no Ativo Não Circulante. Abaixo estão registrados direitos de créditos a receber do Governo do Estado de Santa Catarina até o final do exercício seguinte e no longo prazo.

Até 31 de dezembro de 2015, desligaram-se da empresa 45 empregados. Os desligamentos iniciaram em fevereiro de 2014.

	Em Reais	
	2015	2014
Circulante	3.144.100	2.163.130
Não circulante	1.604.267	3.516.373
TOTAL	4.748.367	5.679.503

f) Outros créditos a receber

Referem-se, principalmente, a Adiantamentos Comerciais de Fornecedores, Adiantamentos de Viagens a colaboradores, caução a receber da Superintendência Federal de Agricultura decorrente do Contrato nº 10/2012, bem como outros créditos.

	Em Reais	
	2015	2014
Multas de Veículos	545	5.848
Adiantamentos Comerciais	9.702	24.123
Adiantamentos de Viagens	10.855	43.178
Crédito a Receber Diversos	2.330	28.499
Caução a Receber Superintendência Federal Agricultura	33.900	33.900
TOTAL	57.332	135.548

g) Despesas pagas antecipadamente

O saldo da conta Despesas Pagas Antecipadamente de R\$ 287.074 refere-se exclusivamente ao pagamento antecipado de despesas com seguros e assinaturas, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em momento futuro.

	Em Reais	
	2015	2014
Seguros	287.074	479.122
Assinaturas de anuidades	0	196
TOTAL	287.074	479.318



NOTA 08 – ESTOQUES

Os Estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou de produção, líquidos de impostos recuperáveis. Os estoques de terceiros em poder da companhia estão demonstrados pelo custo de aquisição.

	Em Reais	
	2015	2014
Mercadorias para Revenda	9.846	12.984
Mercadorias de Fabricação Própria	0	37
Mercadorias de Terceiros	24.707.166	11.949.440
Mercadoria em Trânsito	32.175	21.150
Almoxarifado	2.326.869	2.116.460
TOTAL	27.076.056	14.100.071

NOTA 09 – ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O Realizável a Longo Prazo no valor de R\$ 239.621.919 refere-se a créditos a receber do Estado, decorrentes do Programa de Demissão Incentivada (PDI), Plano de Demissão Voluntária e Incentivada (PDVI) somados a depósitos recursais e bloqueios judiciais efetuados pela empresa, conforme demonstrado:

	Em Reais	
	2015	2014
Depósitos Recursais	3.247.953	3.280.110
Bloqueios Judiciais	4.994.570	3.893.389
Depósito Judicial de Terceiros	43.444	43.444
Programa de Demissão Incentivada	229.731.685	223.156.991
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	1.604.267	3.516.373
TOTAL	239.621.919	233.890.307

NOTA 10 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os investimentos permaneceram com o mesmo saldo do ano anterior. Os imóveis classificados como propriedades para investimento são mantidos para valorização e não atendem aos critérios de imobilizado, conforme descrito no CPC 27 – Imobilizado.

	Em Reais	
	2015	2014
Propriedades para investimento	30.996	30.996
TOTAL	30.996	30.996



NOTA 11 – IMOBILIZADO

a) Imobilizado de Uso

Os bens do Ativo Imobilizado da empresa são avaliados pelo valor de custo de aquisição. No ano de 1999 a empresa reavaliou os seus imóveis.

A empresa utiliza as taxas determinadas pela legislação fiscal na depreciação dos bens do Ativo Imobilizado. Não foi realizado teste de recuperabilidade destes ativos.

Em Reais

BENS EM OPERACAO	2015			2014		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Terrenos Reavaliados - Originais	574.225	0	574.225	656.957	0	656.957
Obras e Edificações Reavaliação	4.910.542	4.910.542	0	4.910.542	4.910.542	0
Instalacoes	386.161	283.477	102.684	366.252	265.434	
Maquinas Aparelhos E Equipamentos	43.324.356	39.965.194	3.359.162	42.624.033	37.419.537	5.204.496
Moveis e Utensilios	3.564.918	1.797.933	1.766.985	2.882.111	1.630.947	1.251.164
Veiculos	20.110.899	16.726.742	3.384.157	19.925.400	15.839.666	4.085.734
Tratores e Maquinas De Terraplanagem	3.756.888	3.596.874	160.014	3.825.702	3.403.016	422.686
Ferramentas	9.431	8.770	661	8.730	8.730	0
Biblioteca	13.210	13.210	0	13.251	13.251	0
Benfeitorias em Propriedades	9.568.165	2.268.643	7.299.522	8.592.062	1.927.803	6.664.259
Embarcacoes e Acessorios	6.709	3.285	3.424	6.709	2.973	3.736
Reformas em Maquinas E Veiculos	3.567	3.567	0	15.036	14.745	291
Benfeitorias em Imoveis	55.705	34.442	21.263	55.705	32.214	23.491
Ferrovía	733.233	657.375	75.858	733.233	633.626	99.607
Benfeitorias Proprias	604.395	445.975	158.420	604.395	436.775	167.620
Equipamentos De Computacao	7.104.003	4.336.622	2.767.381	6.759.130	4.041.763	2.717.367
Correias de Transmissao	6.134.228	3.867.505	2.266.723	3.645.240	2.516.281	1.128.959
Terrenos	782.183	0	782.183	782.183	0	782.183
Obras e Edificações	1.506.727	826.672	680.055	1.506.727	766.403	740.324
Terrenos - Valor Da Reavaliação	5.195.627	0	5.195.627	5.195.627	0	5.195.627
Obras E Edificações - Valor	8.476.249	8.476.249	0	8.476.248	8.476.248	0
TOTAL	116.821.421	88.223.077	28.598.344	111.585.273	82.339.954	29.245.319



Em Reais

BENS EM OPERAÇÃO DIFERENÇA IPC	2015			2014		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Máquinas Aparelhos e Equipamentos	1.102.328	1.102.328	0	1.129.991	1.129.991	0
Móveis e Utensílios	78.754	78.754	0	85.859	85.859	0
Veículos	100.080	100.080	0	110.158	110.158	0
Tratores e Máquinas de Terraplanagem	53.968	53.968	0	115.055	115.055	0
Ferramentas	947	947	0	947	947	0
Biblioteca	1.965	1.965	0	1.965	1.965	0
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	32.939	32.936	3	32.939	31.937	1.002
Embarcações e Acessórios	461	461	0	461	461	0
Reformas em Maquinas e Veic. de Terceiro	39.063	39.063	0	39.063	39.063	0
Ferrovia	317.551	317.551	0	317.551	317.551	0
Benfeitorias Próprias	376.167	376.167	0	376.167	376.167	0
TOTAL	2.104.223	2.104.220	3	2.210.156	2.209.154	1.002

b) Imobilizado em Andamento

As Imobilizações em Andamento apresentam saldo referente à obra do prédio da ADR de Campos Novos.

Em Reais

	2015	2014
Construções em Andamento	181.000	181.000
TOTAL	181.000	181.000

NOTA 12 – INTANGÍVEIS

Os bens do Ativo Intangível são avaliados pelo valor de custo de aquisição. A empresa utiliza as taxas determinadas pela legislação fiscal na depreciação destes bens. Não foi realizado *impairment test* para os ativos intangíveis.

Em Reais

BENS EM OPERAÇÃO	2015			2014		
	Custo	Amortização	Valor Líquido	Custo	Amortização	Valor Líquido
Direito De Uso Do Telefone	20.239	0	20.239	20.239	0	20.239
Programas De Computador	2.229.812	1.242.345	987.465	2.212.486	955.513	1.256.973
Marcas E Patentes	1.397	0	1.397	1.397	0	1.397
TOTAL	2.251.448	1.242.345	1.009.103	2.234.122	955.513	1.278.609



Em Reais

BENS EM OPERAÇÃO DIFERENÇA IPC	2015			2014		
	Custo	Amortização	Valor Líquido	Custo	Amortização	Valor Líquido
Direito De Uso Do Telefone	5.815	0	5.815	5.815	0	5.815
TOTAL	5.815	0	5.815	5.815	0	5.815

NOTA 13 – PASSIVO CIRCULANTE

a) Fornecedores

A rubrica contábil Fornecedores é composta pelas obrigações da empresa junto a fornecedores diversos de bens e serviços.

Em Reais

	2015	2014
Fornecedores de Bens e Serviços	486.994	858.399
TOTAL	486.994	858.399

b) Obrigações tributárias e sociais

As Obrigações Tributárias e Sociais têm seu saldo vinculado aos tributos e contribuições sociais incidentes sobre as receitas auferidas, encargos da folha de pagamento de funcionários e retenções de serviços terceirizados. O saldo de 2015 é composto principalmente por INSS sobre a folha e IR a recolher, cujo vencimento foi em janeiro/2016.

Em Reais

	2015	2014
Obrigações Tributárias e Sociais	3.880.512	628.544
TOTAL	3.880.512	628.544

c) Obrigações trabalhistas e provisões

Em Reais

	2015	2014
Provisão Férias e encargos	9.096.490	16.757.517
Provisão Licença Especial e encargos	7.523.071	6.759.408
Programa de Demissão Incentivada	31.896.645	28.299.099
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	3.144.100	2.213.130
Processo Trabalhista SINTRACASC	212.471	871.506
Processo Trabalhista SIMVETS	3.134.585	3.173.454
TOTAL	55.007.362	58.074.014



d) Demais obrigações

As Demais Obrigações a Pagar referem-se, em sua maior parte, às mercadorias de terceiros que estão sob a guarda da empresa, além de outras obrigações a curto prazo.

	Em Reais	
	2015	2014
Credores por Convênios	9.571.712	11.609.888
Outras Contas a Pagar	167.199	231.043
Credores c/ Caução	451.006	378.987
Mercadorias de Terceiros em Nosso Poder	24.707.166	11.949.436
Adiantamento de Clientes	160.382	209.509
Instituições Financeiras	34.494	34.831
TOTAL	35.091.959	24.413.694

NOTA 14 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a) Provisões

Constituída pelo Programa de Demissão Incentivada, Plano de Demissão Voluntária Incentivada e por Provisões de contingência trabalhista e cível, cuja probabilidade de perda é provável, conforme definido no CPC 25, que dispõe sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

No ano de 2013, foi registrado na provisão de contingências, baseado no relatório da Assessoria Jurídica da empresa, um valor correspondente a um processo que já estava em fase de execução, sendo assim no ano de 2015 foi realizado estorno deste lançamento na provisão de contingências trabalhista.

	Em Reais	
	2015	2014
Programa de Demissão Incentivada (PDI)	229.731.685	223.156.991
Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI)	1.554.267	3.466.373
Provisão Processo SINTRACASC	0	226.379
Provisão Trabalhista	5.992.051	12.362.929
Provisão Cível	2.641.897	3.400.390
TOTAL	239.919.900	242.613.062

Provisão Contingência	2015			2014		
	Baixa	Valor da Provisão Constituição / Reversão	Saldos	Baixa	Constituição	Saldos
Trabalhistas	(6.931.467)	560.589	5.992.051	(494.870)	(685.111)	12.362.929
Cíveis	0	(758.493)	2.641.897	(2.065)	393.376	3.400.390
TOTAL	(6.931.467)	(197.904)	8.633.948	(496.935)	(291.735)	16.763.319



b) Recursos de Convênios Aplicados a Realizar

Recursos de Convênios Aplicados a Realizar é utilizada para contabilizar a aquisição de imobilizado através de convênios.

	Em Reais	
	2015	2014
Conv. MAPA 02/2007	2.507	3.365
Conv. Sapiens Park	226.279	437.462
Conv. MAPA Sanidade Avícola	14.738	18.953
Conv. MAPA 002/2009	0	24.120
Conv. MAPA 001/2008	15.190	19.240
Conv. MAPA 001/2009	17.160	88.107
Conv. MAPA 755855/2011	395.983	599.271
Conv. MAPA 756431/2011	1.442.316	1.977.598
Conv. MAPA 762778/2011	36.908	17.789
Conv. MAPA 794620/2013	1.316.421	512.805
Conv. MP/SC 9/2015 FRBL	3.471	0
TOTAL	3.470.973	3.698.710

c) Obrigações tributárias e sociais

A empresa aderiu ao parcelamento da Receita Federal do Brasil (RFB), instituído pela Lei nº 12.996/2014, conhecida como REFIS DA COPA.

Em 2012 a empresa foi notificada pelo não recolhimento, nos meses de maio/2011 a dezembro/2011, dos valores devidos a "Outras Entidades", incidente sobre a folha de pagamento. O valor do montante não recolhido foi de R\$ 1.986.419,45.

Após consulta à Procuradoria Geral do Estado (PGE) sobre a pertinência da adesão e esta, em 21/08/2014, foi emitido parecer favorável ao parcelamento. Sendo assim, em 25/08/2014, a empresa desistiu do processo administrativo e aderiu ao REFIS.

Em 2015, a empresa requereu junto à RFB a consolidação do parcelamento, que até o final do exercício ainda não foi regularizado pelo órgão federal.

	Em Reais	
	2015	2014
Parcelamento Refis da Copa	2.539.938	2.741.788
TOTAL	2.539.938	2.741.788

	Em Reais	
	2015	2014
Circulante	205.295	201.849
Não circulante	2.539.938	2.741.788
TOTAL	2.745.233	2.943.637



d) Receitas de Subvenção a Realizar

Receitas de Subvenção a Realizar são receitas recebidas antecipadamente pelo governo do estado em relação à realização da despesa com adiantamento de 13º salário no mês de janeiro.

	Em Reais	
	2015	2014
Receitas de Subvenção Estadual a Realizar	247.096	227.849
TOTAL	247.096	227.849

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

- a) Os passivos contingentes trabalhistas e cíveis foram constituídos com base em riscos de perdas em processos em que a Companhia faz parte, cuja probabilidade de perda é possível na opinião dos assessores legais.
- b) A entidade não reconhece um passivo contingente, sendo necessário apenas sua divulgação em notas explicativas, conforme exposto no CPC 25, que dispõe sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

	Em Reais	
	2015	2014
Trabalhista	23.500.018	5.740.096
Cível	2.722.855	6.550.712
TOTAL	26.222.873	12.290.808

NOTA 16 – CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito perfaz o montante de R\$ 37.416.480,00. Foram integralizados R\$ 37.408.423,68 pelo Governo do Estado de Santa Catarina, restando R\$ 8.056,32 a integralizar.

b) Das Reservas

Reserva de Capital – Constituída em 2009 conforme manifesto nº 014/08 da Assessoria Jurídica referente às compensações de créditos da construção do Corredor de Exportação Terminal Graneleiro São Francisco do Sul - Deliberação CAP (Conselho de Autoridade Portuária) nº 82/02-X;

Reserva de Reavaliação - Em 1999, a CIDASC procedeu às reavaliações de bens imóveis (terrenos e edificações) em todas as unidades da empresa no estado. O laudo de avaliação foi emitido por JDR Consultores Associados Ltda. Atualmente o saldo da Reserva de Reavaliação é composto por terrenos reavaliados. As edificações reavaliadas foram totalmente depreciadas e os tributos revertidos.



	Em Reais	
	2015	2014
Reserva de Capital	25.134.178	25.134.178
Reserva de Reavaliação	5.195.627	5.195.627
TOTAL	30.329.805	30.329.805

c) Resultados Acumulados

Os valores que compõem os resultados acumulados estão distribuídos:

	Em Reais	
	2015	2014
Lucros Acumulados e/ou Saldo à Disposição da Assembleia	3.237.700	772.939
(-) Prejuízos Acumulados	(70.712.569)	(108.874.442)
(-) Prejuízos Acumulados dif. IPC/BTNF	(2.512.958)	(2.512.958)
Efeitos Líquidos dif. IPC/BTFN	32.597	32.597
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.788.487	28.709.687
TOTAL	(63.166.743)	(81.872.177)

NOTA 17 – RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais são obtidas através das receitas de venda de produção, revenda de mercado e prestação de serviços.

As receitas comerciais referem-se a revenda de guias de Defesa Sanitária Animal.

As receitas de prestação de serviços são formadas por armazenagem, defesa sanitária vegetal, classificação de produtos de origem vegetal, inspeção de produtos de origem animal, apoio laboratorial e fiscalização de insumos agrícolas.

	Em Reais	
	2015	2014
Receitas Comerciais		
Receitas de Revenda de Mercado	9.195	23.115
Receitas de Venda de Produção	0	9.352
Receitas Prestação Serviços	35.449.260	29.159.287
Deduções:		
(-) Deduções Receitas Comerciais	(1.280)	(4.030)
(-) Deduções de Receitas Prestação Serviços	(4.030.786)	(3.383.988)
TOTAL	31.426.389	25.803.7356



NOTA 18 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

a) Custos das Mercadorias Vendidas

	Em Reais	
	2015	2014
Custos de Mercadorias Revendidas	3.826.070	6.039
Custos dos Produtos de Fabricação Própria	0	33.804
TOTAL	3.826.070	39.843

b) Custos dos Serviços Prestados

Os créditos de PIS e COFINS no exercício anterior reduziam as despesas gerais, e a partir de 2015 os créditos de custos passaram a ser reconhecidos nas contas de mesma finalidade.

	Em Reais	
	2015	2014
Custos de Materiais Gerais	947.876	2.235.877
Custos Serviços Terceiros	3.336.095	3.363.550
Combustíveis e Lubrificantes	305.689	916.480
(-) Créditos de PIS/COFINS	(70.486)	0
TOTAL	4.519.174	6.515.907

NOTA 19 – DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas gerais

Valores dispendidos para a manutenção da empresa, sendo os principais gastos com serviços de terceiros gerais, depreciação e amortização, energia elétrica e serviço de comunicação.

	Em Reais	
	2015	2014
Materiais de Consumo Geral	1.197.524	1.536.938
Serviços Terceiros Gerais	4.460.416	6.009.758
Serviços Técnicos Profissionais	1.389.391	1.832.512
Energia Elétrica	2.579.907	2.073.401
Depreciação e Amortização	7.173.427	8.419.356
Indenizações Judiciais	132.439	19.721
Serviços de Comunicação	221.105	1.271.171
Provisão para Contingências Cíveis	0	393.376
Seguros	604.526	598.432
Locação de Máquinas e Equipamentos	436.965	241.370
Locação de Imóveis	578.295	589.386
Demais Despesas Gerais	1.383.082	1.650.088
(-) Recuperação de Despesas Gerais	(159.181)	(1.335.150)
TOTAL	19.997.896	23.300.359

b) Despesas Tributárias

Referem-se, em sua maioria, ao IPTU, ITR e ao ICMS Diferencial de Alíquotas na aquisição de mercadorias de outros estados destinadas ao ativo imobilizado ou uso e consumo.



	Em Reais	
	2015	2014
IPTU	99.074	95.022
ICMS	26.578	33.836
ITR	85.035	592
Taxa Licenciamento Veículos	42.806	38.645
Demais Despesas Tributárias	44.291	20.021
TOTAL	297.784	188.116

c) Despesas de pessoal

Rubrica composta pelos valores dispendidos com a folha de pagamento da empresa.

	Em Reais	
	2015	2014
Salários e Ordenados	61.007.526	64.204.540
Encargos INSS	20.709.167	20.474.900
Encargos FGTS	5.577.565	5.496.432
Provisões 13º Salário e encargos	7.567.507	7.460.069
Provisões Férias e encargos	10.318.031	9.645.378
Provisões Licença prêmio e encargos	3.362.830	1.203.822
Programa de Demissão Incentivada	30.257.898	27.109.806
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	3.089.153	1.370.708
Férias	484.877	1.773.654
Previdência privada	1.408.129	1.241.007
Bolsa estágio	577.445	576.200
Outras despesas	560.182	572.908
(-) Recuperação de Despesas com Pessoal	0	(5.404.566)
TOTAL	144.920.310	135.724.858

d) Despesas com Benefícios a Empregados

Os benefícios concedidos aos empregados foram: assistência médica, Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), Vale Transporte (VT), auxílio creche e babá, despesas com funerais, cursos, instruções e eventos.

O auxílio creche e babá no exercício anterior era contabilizado dentro do grupo de despesas com pessoal.

	Em Reais	
	2015	2014
Assistência Médica	2.160.904	2.006.408
Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	5.070.599	4.594.533
Auxílio creche e babá	2.469.789	0
Demais Benefícios	240.793	236.024
TOTAL	9.942.085	6.836.965



NOTA 20 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas

Composta por receitas com locação, reversão de provisões, venda de sucatas em leilão e ganhos em processos judiciais.

	Em Reais	
	2015	2014
Reversões de Provisões	7.942.638	4.142.315
Receitas com Locações	30.049	33.015
Doações e Bonificações Recebidas	47	13.864
Multas recebidas	22.421	542
Recuperação de Despesas	9.381	13.991
Indenizações judiciais recebidas	15.347	0
Outras receitas operacionais	2.561	19.691
(-) Deduções de Outras Receitas	(14.812)	(23.934)
TOTAL	8.007.632	4.199.485

b) Subvenções recebidas

Referem-se às subvenções recebidas do Governo do Estado de Santa Catarina, para custeio, principalmente para despesa com folha de pagamento e seus encargos. Também são contabilizadas as receitas com os convênios firmados com o Ministério da Agricultura e da Pesca (MAPA) e Secretaria do Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina.

Em 2015, foi executado o projeto Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Ministério Público do Santa Catarina, que concedeu recursos para o projeto “Educação Sanitarista em Defesa Agropecuária”.

	Em Reais	
	2015	2014
Subvenção Estadual	143.818.053	138.996.459
Subvenção Federal	2.366.543	2.014.552
Subvenção Convênio Secretaria da Agricultura	2.320.195	1.239.975
Subvenção Ministério Público SC	7.269	0
TOTAL	148.512.061	142.250.986



NOTA 21 – RESULTADO FINANCEIRO

a) Receitas Financeiras

São compostas por multas e tarifas recebidas de clientes em atraso, descontos, juros recebidos e rendimentos de aplicação financeira.

	Em Reais	
	2015	2014
Juros Recebidos	53.844	15.309
Variações Monetárias Ativas	246	5.101
Rendimento Aplicação Financeira	48.697	7.902
Multas e Tarifas recebidas de Mora	211.080	282.502
Multas Contratuais	21.980	1.135
Demais Receitas Financeiras	0	41.758
TOTAL	335.847	353.707

b) Despesas Financeiras

São compostas por tarifas e comissões bancárias, referentes a despesas com emissão de boletos e manutenção de conta bancária, além de juros passivos.

	Em Reais	
	2015	2014
Juros Passivos	25.055	13.544
Tarifas e Comissões Bancárias	38.931	39.776
TOTAL	63.986	53.320

NOTA 22 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

a) Outras receitas

	Em Reais	
	2015	2014
Ganhos na Baixa ou Alienação de Imobilizado	255.090	1.714.782
TOTAL	255.090	1.714.782

b) Outras despesas

	Em Reais	
	2015	2014
Perdas na Baixa ou Alienação de Imobilizado	45.225	849.141
TOTAL	45.225	849.141



NOTA 23 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Em Reais	
	2015	2014
Imposto de renda	818.107	25.383
Contribuição social sobre o lucro líquido	310.613	15.864
TOTAL	1.128.720	41.247

NOTA 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A entidade não apresentou eventos subsequentes entre a data da emissão das demonstrações e a autorização para emissão das demonstrações.

Enori Barbieri
Presidente

Paola Colombi
Contadora CRC/SC 036436/O-0

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

**COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC
FLORIANÓPOLIS - SC**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como, o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com Ressalva.

Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES

Rua Jornalista Octavio Secundino, n.º 370 – Bom Retiro – CEP 80.520-480

Telefax - (041) 3024-6800

www.audiplan.com - auditoria@audiplan.com

CURITIBA - PARANÁ

A conta "Depósito Compulsório" registrava em 31 de dezembro de 2015 o saldo de R\$ 3.868.171,88. Não foi disponibilizado a essa auditoria o Extrato oficial, emitido pela Secretaria da Fazenda. Assim, não foi possível emitir opinião sobre o referido saldo.

Esta auditoria não teve acesso aos extratos oficiais referentes à confirmação do saldo da conta de "Bloqueio Judicial" que apresentou o saldo de R\$ 4.994.569,69 em 31 de dezembro de 2015, assim sendo não foi possível opinar sobre este saldo.

Não foi fornecido a esta auditoria relatórios individualizados por funcionário com os cálculos das "Obrigações para Férias" e encargos referentes ao saldo de R\$ 9.096.490,39, assim como, do saldo de R\$ 7.523.070,74 da conta "Provisão para Licença Especial" e encargos, sendo assim, não foi possível validar os saldos apresentados.

A conta "Reserva de Capital" em 31 de dezembro de 2015 apresenta saldo de R\$ 25.134.178,04, referente a créditos de operação da construção do Corredor de Exportação no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul. Ressalvamos que este registro contábil não encontra suporte na Lei n. 6.404/76.

Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos acima Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CIDASC** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Nota Explicativa nº 07 - d), trata do "Programa de Demissão Incentiva - PDI" da Companhia, aprovado pela Resolução CPF no. 25/2008, que contempla aos funcionários a opção pela adesão ao plano de demissão incentivada. Nas demonstrações contábeis os incentivos financeiros estão reconhecidos como segue: "Ativo Circulante – Outros Créditos a Receber – PDI" R\$ 31.896.644,88 e "Ativo não Circulante – Outros Créditos a Receber – PDI" R\$ 229.731.684,62, "Passivo Circulante – Despesas Provisionadas – PDI" R\$ 31.896.644,88 e "Passivo não Circulante – Despesas Provisionadas – PDI" R\$ 229.731.684,62. Ressaltamos que as contabilizações dos valores citados foram efetuadas no pressuposto da responsabilidade do Governo do Estado pelo pagamento dos mesmos.

Conforme Notas Explicativas nº 15 a Companhia figura como Ré em ações judiciais Trabalhistas e Cíveis, na esfera administrativa junto à Receita Federal do Brasil. De acordo com o Relatório emitido pela Assessoria Jurídica da CIDASC, estas ações que estão avaliadas quanto ao grau de risco de perda somam R\$ 26.222.873,00, enquanto as provisões realizadas somam R\$ 8.633.947,37.

A Companhia atualmente conta com Ativo Total de R\$ 345.216.217,37, em 31 de dezembro de 2015, caracterizando-se como empresa de grande porte conforme Lei n. 11.638/07, sendo necessária a

aplicação dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em sua íntegra em conformidade as Normas Brasileiras de Contabilidade.

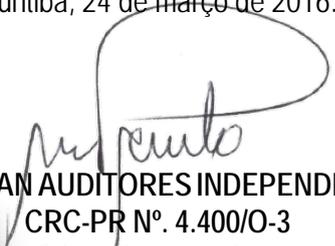
Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente examinados por outros auditores que emitiram relatório em 10 de abril de 2015, emitindo parecer, com as seguintes ressalvas: 1 - A conta "Depósito Compulsório" registrava em 31.12.2014 o saldo de R\$ 2.562.229,21, foi solicitado o extrato oficial, emitido pela Secretaria da Fazenda, e até o término dos trabalhos não foi obtido retorno, motivo pelo qual, ressalvamos o valor supramencionado. 2 - O saldo da conta "Outras Duplicatas a Receber" em 31.12.2014 era de R\$ 158.169,33. Conforme informado pelo CIDASC, o saldo foi constituído antes de 2008 e não nos foi apresentado relatório que subsidiasse os referidos valores, motivo pelo qual não podemos emitir opinião acerca dos mesmos. 3 - A conta "Créditos Mobiliários" no valor de R\$ 7.173.499,44 está representada pelas contas "Depósitos Recursais" R\$ 3.280.110,33 e "Bloqueio Judicial" R\$ 3.893.389,11. Não nos foram exibidos os extratos oficiais referentes a confirmação dos saldos mencionados. Por este motivo deixamos de opinar sobre este saldo.

4 - Não nos foi apresentado os relatórios individualizados com os cálculos das "Obrigações Para Férias" R\$ 9.808.360,89, e "Provisão para Licença Especial" R\$ 4.923.022,95, assim como os respectivos encargos R\$ 8.785.440,45. Por este motivo, deixamos de opinar sobre estes saldos. 5 - Sobre a conta "Credores por Convênios e Contratos", com saldo de R\$ 11.609.888,02 em 31 de dezembro de 2014, fizemos as seguintes anotações: Os convênios "Bunge Alimentos S/A" – R\$ 4.777.858,80; "Litoral Agência Marítima Ltda." – R\$ 1.245.590,57 e "Agrenco do Brasil Ltda." R\$ 738.635,64 não estão suportados por documentação legal. Por este motivo deixamos de opinar sobre estes saldos. 6 - A conta "Reserva de Capital" em 31/12/2014 abriga o saldo de R\$ 25.134.178,04, referente a créditos de operação da construção do Corredor de Exportação no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul. Ressalvamos que este registro contábil não encontra suporte na Lei n. 6.404/76".

Curitiba, 24 de março de 2016.


AUDIPLAN AUDITORES INDEPENDENTES



CRC-PR Nº. 4.400/O-3

Sócio/Responsável

Contador, PAULO ROBERTO DÓRO.

CRC-PR Nº. 12.673/O-8



PARECER DO CONSELHO FISCAL ENCERRAMENTO EXERCÍCIO CONTÁBIL DE 2015

O Conselho Fiscal da CIDASC, em reunião realizada no dia 29 de março de 2016, no cumprimento das disposições contidas no artigo 163 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Lei nº 10.303 de 31 de dezembro de 2001, apreciou o Relatório de Administração, as Demonstrações Contábeis, as Notas Explicativas, o Parecer da Auditoria Independente e demais documentos e informações referentes ao término do exercício de 2015.

À vista das verificações realizadas mensalmente nos balancetes da Empresa e das análises sobre os critérios adotados e considerando a manifestação contida no Parecer dos Auditores Independentes da Audiplan Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal são de parecer que o referido Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras que o acompanham refletem com fidelidade a situação patrimonial e econômico-financeira da Sociedade, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à apreciação ao Conselho de Administração.

Florianópolis(SC), 29 de março de 2016.

Euclides Mecabô

Olices Osmar Santini

Fausto Gasperin